



Roteiros

22. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

«ESTADO DA NAÇÃO»

Intervenção do Prof. Adriano Moreira na Assembleia da República (95-06-22) (*)

A importância dos factores externos no sistema português de governo, os quais excedem em muitos aspectos a liberdade da jurisdição interna, continua a recomendar que a tentativa de avaliação do estado da Nação lhes preste atenção especial, a começar pela questão da alternativa europeia entre a segurança colectiva e a defesa colectiva, num continente ao mesmo tempo dotado dos instrumentos mais qualificados de gestão das crises e conflitos, mas gerindo mal os problemas da segurança. O fim da guerra fria também colocou um ponto final na estabilidade política e no controlo dos nacionalismos agressivos, e tornando aguda a necessidade de uma cooperação interinstitucional pragmática, exemplificada, com o limitado êxito que demonstra a gravidade da questão, na antiga Jugoslávia: as ONU/NATO tentando aplicar a Agenda para a Paz, as ONU/NATO/UEO/CSCE/UE, tentando controlar a aplicação das sanções, as ONU/UE em busca de uma solução política, e as ONU/CSCE desenvolvendo a diplomacia preventiva. Pelo menos duas nomeações de portugueses, para o Secretariado da UEO e para a Presidência da Assembleia Geral da ONU, recompensaram uma importante recuperação do prestígio de Portugal na cena internacional, êxitos que alinham, entre os fac-



tos que os tornaram possíveis, o esforço partilhado para manter um consenso alargado das forças políticas sobre as questões internacionais, incluindo a segurança e a defesa. Um consenso precioso em todas as épocas, mas que não admite qualquer desorientação neste fim de legislatura que ainda assistiu ao facto mais perturbador das esperanças concentradas numa ordem nova, que seja pacífica e justa, e que foi o anúncio do recomeço dos ensaios nucleares pela França, o qual abalou a política mundial de não proliferação, e de redução dos arsenais nucleares. Nenhuma instância pode ficar indiferente, nem silenciosa, sobre tão grave regresso ao exercício da

(*) O Prof. Adriano Moreira entrou nas eleições intercalares como candidato independente em 1979 pelo Distrito de Bragança e apresentado pela C.D.S. Nas eleições seguintes entrou como candidato do C.D.S. encabeçando a lista do Porto. Após 16 anos tomou a decisão de não aceitar nova candidatura para as próximas eleições de Setembro p. Dado o interesse desta peça política, «Roteiros» pediu licença para a publicar, seguida de uma intervenção do Deputado do P.S. Almeida Santos.

(continua nas pág. seguinte)

«ESTADO DA NAÇÃO»

Intervenção do Prof. Adriano Moreira na Assembleia da República (95-06-22) (*)

(continuação da pág. 1)

excepção francesa, é inevitável tentar uma percepção do facto em relação com inoportunos projectos relativos à hegemonia na Europa, uma questão sempre inquietante. Trata-se evidentemente de uma desaconselhada oportunidade para quebrar os consensos nacionais nesta área, exactamente aquilo que lastimavelmente se verificou nesta casa com a Lei de Bases da Justiça Militar. Um exercício que mostrou em fim de legislatura, que não são as maiorias absolutas, as quais todos os partidos ambicionam, que devem ser repudiadas, mas que o perigo do absolutismo das maiorias não pode ser ignorado, quando leva a esquecer os valores e interesses que estão em causa em favor de uma, neste caso falhada, demonstração de poder. E por isso, se não é aceitável ignorar o progresso inegável de uma década de reformas estruturais, lembrança que o governo legitimamente exercita, é muito urgente, em época de renovação dos órgãos de soberania, avaliar o passivo, desde a situação do regime às feridas da sociedade civil frequentemente esquecida. E quanto ao regime, é evidente que a personalização do poder, exercida com automatismo aprovador da maioria, atingiu de maneira severa o prestígio, a autoridade, e a função da Assembleia da República, pondo entre parênteses o princípio do parlamentarismo. A maneira como o governo se

relacionou com o parlamento desenvolvendo um conceito tribal de maioria e oposições, dedicando esforços largamente documentados por intervenções sobretudo a cargo dos sucessivos ministros das finanças, no sentido de demonstrar a falta de alternativas das ideias, dos programas, e das pessoas, pôs em causa não apenas o facto, mas a validade do princípio da alternância. Mais uma vez esquecendo que a articulação do país com a sociedade internacional, se faz, em importante medida, pela via parlamentar, nas várias assembleias parlamentares em que participamos, no Conselho da Europa, na União da Europa Ocidental, na NATO, na CSCE. À medida que a evolução do regime personalizado foi tornando evidente e crítica a questão da distância entre os deputados e os eleitores, e da distância entre o parlamento e a Nação, também se tornou visível e preocupante a total distância do Parlamento europeu, na percepção do eleitorado, sobre o sistema a que está submetido. É difícil, nas inevitáveis racionalizações do passado a que os períodos eleitorais obrigam, reorganizar agora o utilizado conceito da «forças de bloqueio» que atingiu partidos e instituições, atrevidos a reivindicar a sua autonomia de juízo e de decisão, e que serviu a consolidação do presidencialismo do primeiro ministro, forte, no seu entendimento proclamado, de que, em relação às oposições, lidava com políticos desfasados no tempo, com mentalidade de pre-sociedade

de informação, incapazes de entenderem os fenómenos da integração, da globalização, da polarização, da mutação tecnológica, da competitividade internacional e das mudanças estruturais. Uma fadiga tribal, que acrescentaria à crise ocidental dos sistemas políticos, à emergência de novos poderes em que avultam a informação e o novo perfil do poder judicial, esta debilidade indígena para entender a dívida de uma liderança actualizada. Essa liderança, a despedir-se por hoje, terá certamente um intervalo de bondade para admitir que existe no país, e nesta casa, quem não lhe aceita as inoportunas



adjectivações e fracos conceitos, embora sem lhos devolver por respeito para com os factos, os princípios, as pessoas, e o desempenho positivo que não hesitamos em lhe reconhecer. Tal concepção do poder, que deixa o sistema político em grave crise de credibilidade do parlamentarismo, tem revelado entre os seus efeitos, quando foi instaurada a novidade de separar a liderança da maioria da liderança do governo, que a coordenação do governo, e a garantia de que a responsabilidade por essa coordenação será exercida, vai precisar de revisão. Tivemos dois exemplos recentes e preocupantes. Foi possível que a questão da pesca longínqua ficasse nos anais da governação como a questão da palmeta, recentemente ridicularizada perante a opinião pública portuguesa pela comissão europeia, passando inteiramente em claro que se tratava de um incidente entre aliados na NATO, que o problema é realmente o das águas territoriais e zona económica exclusiva reivindicada pelo Canadá, que era necessária a intervenção de mais de um dos ministros do Primeiro Ministro, e que a intervenção coordenadora tinha de ser publicamente assumida. Outro grave alarme foi dado pela questão do plano hidrológico espanhol, cujo processo não é um exemplo de percepção rápida do tema pelo governo. Vimos a questão finalmente assumida pela Ministra do Ambiente, com serenidade, com perseverança, com força de vontade. Mas não a vimos publicamente acompanhada, designadamente neste parlamento, nem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros nessa questão que afecta as relações bilaterais com o nosso vizinho, que afecta as relações comunitárias noutros sectores como o da política comum, que aponta para uma internacionalização urgente e mundial da gestão dos recursos hídricos para além da navegabilidade; não vimos que os responsáveis pela teoria e prática da segurança nacional e europeia dessem sinal, neste caso, de que perceberam o alcance da mensagem; não foi por isso reconhecida a intervenção do responsável pela orientação e pela coordenação do governo em domínio de tanto melindre. Esta sequela da crise do regime exige uma séria meditação e resposta apropriadas e convincentes de quem pretenda assumir o poder nas próximas eleições, e a revisão constitucional terá de acrescentar cautelas contra uma clara debilidade dos normativos constitucionais, enquanto os factos insistirem em demonstrar a dependência crescente do país em relação aos factores externos, e a integração se demonstra progressivamente como uma imposição sistémica que não deixa alternativa aos pequenos países, em relação aos quais a política furtiva continua a ser adoptada. Tivemos notícia recente de que o governo finalmente adoptou a legitimidade do referendo, a recusa pública de um Estado Director, de um Directório, de uma hierarquia das potências europeias, tudo factos que sempre puseram em causa a paz da Europa e sobre os quais vinham insistindo alguns dos acusados pelo governo de não compreenderem os fenómenos «da integração, da globalização, da polarização». Mas fomos informados pelo Comissário Português de que em relação a Conferência Intergovernamental que fará a revisão do tratado de Maastricht, «Portugal tem tido uma posição extremamente correcta, isto é, definiu alguns princípios sem se comprometer com as soluções». Mais um

golpe em Descartes, no pelotão da frente com António Damásio, a demonstrar que os mesmos princípios admitirão alinhar com a tendência conservadora de Tatcher, com a tendência tecnocrática de Delors, com a tendência federalista alemã, se necessário com o regresso francês à tradição gaulista. Segundo o nosso Comissário, «estar neste momento a abrir o jogo seria tacticamente mau. Tenho (acrescenta e obviamente recomenda) muita confiança na capacidade de definição das posições governamentais». Foi o actual presidente da comissão que, no fim da presidência luxemburguesa do Conselho, veio aqui recomendar que a opinião pública fosse mantida afastada da política conducente ao conceito de Maastricht. Dizia Eça de Queiroz, no seu tempo, que a Europa lhe chegava pelo comboio e este perito aconselha agora que nos chegue pelo correio. Os europeístas que não esperáram pelos tecnocratas de agora para defender a construção de uma unidade política europeia que finalmente preservasse a paz, os que estivemos com Coudenhove-Kalergi que foi inspirador dos inspiradores, os ruros que pediram o debate público quando do Acto Único, repudiam esse secretismo e querem que as opiniões públicas europeias sejam responsabilmente informados e envolvidas em projectos que

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em várias instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma relação esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

apenas serão viáveis se os adoptarem com convicção. Em primeiro lugar porque os factos demonstram a consolidação de uma sociedade civil que ultrapassa a jurisdição dos Estados e que exige ser ouvida, como estão a demonstrar, com o seu crescente protagonismo, as Organizações Não Governamentais, no Rio, no Cairo, em Copenhague, dentro em breve em Pequim. Depois porque é indispensável que a mais restrita sociedade civil de cada país ponha um ponto final no arbítrio da tecnocracia que se arroga o poder de lhe impor coisas que vão desde violentar a adaptação dos ritmos vitais, dos usos e costumes, e do processo integrador das crianças à desregulada hora oficial que arbitrariamente lhe apetece, até ao descaso pelo passivo que deriva da própria modernização da economia e das estruturas. Quando os agricultores, os pescadores, os mineiros, se encontram com a agricultura destruída, com a frota caminhando aceleradamente para a extinção, e as minas para o encerramento, não é suficiente invocar a tendência europeia, ou as estatísticas, ou a comparação com países terceiros, do alto de uma teologia de mercado que acata as decisões da mão invisível. Um humanismo responsável tem de vir assumir o amparo desse passivo humano, ferido inevitavelmente por reformas estruturais de que não tem percepção salvo dos efeitos, um passivo humano que entre nós é largamente tributário de uma condição etária e cultural incompatível com qualquer reconversão. Fala-nos hoje a maioria do regresso ao Estado regulador, e esperamos que a proposta intervenção seja aquela da responsabilidade humanística, com repúdio da insistência num regulador intervencionismo estadual na vida privada, que está a substituir a curiosidade que levou à Índia pela curiosidade que leva a espreitar

pelo buraco da fechadura. Em lugar dessa prática, teria sido mais oportuno olhar para as modificações que se deram na sociedade civil à revelia da atenção do Estado, e que agora estão a pôr gravemente em causa a sua credibilidade executiva. Não se trata apenas da degradação que se mostra na periferia das cidades, mas também nas ruas das cidades grandes e pequenas, onde uma crescente exibição da prostituição, da mendicidade, da suprema derrota dos sem abrigo, desmente os optimismos oficiais. Trata-se da mudança que se verifica em toda a Europa, exigindo novas políticas e novos instrumentos, e que entre nós se desenvolveu com descaso oficial, e proveito do programa das obras públicas. A questão das minorias culturais, ou etno-culturais, volta a atingir níveis de risco que a Europa sofreu frequentemente, e que agora dizem particularmente respeito às migrações do Sul para o Norte. Quando a França tem dez milhões de muçulmanos, vários países da comunidade europeia atingem os quinhentos mil, Londres abriga dois milhões de emigrantes do terceiro-mundo, em Roma se ergue uma imponente mesquita em face do Vaticano, é preciso dar atenção aos estudiosos que advertem para a crescente importância do multiculturalismo em face da antiga ambição de generalizar o Estado nacional. O Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados, instituído em 1951, tem por isso alargado os seus conceitos da área de intervenção e responsabilidades. Em Portugal, as Ordenações do Reino mantiveram em vigor o capítulo que, discriminatariamente, definiu as minorias, mas a questão desapareceu das precepções metropolitanas, desde intervenções como as de Sá da Bandeira como ministro, e do Visconde de Seabra como legislador, porque no seu Código Civil já

apenas o ultramar foi considerado, e por ali reinou o Estatuto dos Indígenas até 1961. Mas a descolonização desencadeou uma emigração dos antigos territórios coloniais em direcção aos mercados de trabalho do norte, sem que isso impedisse os europeus do sul de continuarem a emigrar. Entre nós criaram-se comunidades étnico-culturais que repuseram em alguma medida a colorida paisagem humana oitocentista. Graves incidentes recentes suscitaram um debate sobre o racismo que ou fez apelo à tradicional maneira portuguesa de lidar com etnias diferentes, ou apelou para um categoria de crimes contra a Portuguidade, ou incriminou a intolerância dos brancos.



De facto, o trabalho da UNESCO sobre os mitos raciais, publicado na década de sessenta, volta a ser um texto recomendável à leitura dos governos, de modo a evitar que a questão fique centrada em planos ideológicos, ou dogmáticos. Não há que discutir ou diminuir um património português que, certamente com passivos, apresenta realizações como Cabo Verde, exemplo de integração étnica e cultural. Mas não se pode ignorar que existem leis sociológicas que desencadeiam acções violadoras desses códigos: o mercado de trabalho e as relações sexuais são os factos que merecem maior atenção da UNESCO. Entre nós, foi instituída uma comunidade africana que nos dizem que em Lisboa atinge 100 mil pessoas, das quais um terço constituirá uma força de trabalho clandestina, explorada até em áreas de obras públicas. Esta força jovem, tal como aconteceu com os europeus que miscegenaram os trópicos, em regra não tem mulher, e sobre isso adverte a UNESCO. No caso, inevitável, de o governo português aplicar a directiva comunitária que manda proporcionar a reunião das famílias dos trabalhadores emigrantes, a comunidade crescerá apreciavelmente. Os desbordos desta questão para a marginalidade estão à vista, e a cadeia de reacção está em curso. O fenómeno sem qualquer advertida política de legalização, de integração, de assimilação, que deve incluir a instrução escolar. É necessário que qualquer governo reconheça que este fenómeno exige assumir uma política multicultural responsável, que esta questão não é de super-esquadras nem de tranquilização dos portugueses pelo exame comparativo das estatísticas, que todos os passivos e marginalidades concorrem para o crescimento da criminalidade que aflige a população, que a tranquilidade não regressa com a cuidadosa distinção entre insegurança subjectiva e objectiva. O que se passou, na área dos conflitos raciais, é um aviso sério, e um sintoma preocupantíssimo. Mas essa preocupação aumenta quando a população desespera, organiza a prevenção e a repressão privada, cria milícias, e pressiona os autarcas no sentido de criarem polícias privativas. Tudo coisas de repudiar, mas todas alarmantemente significativas da quebra de confiança no Estado, um estado de espírito da Nação que não adianta amenizar por via semântica. O

projecto de uma Comunidade dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, que umas vezes parece acarinhado e outras posto em dúvida, será necessariamente afectado por estas questões. E tudo, mais uma vez nos reconduz à prioridade da educação. A série de ministros que se sucederam sob a regência do mesmo Primeiro Ministro, são demonstração suficiente de que maioria absoluta e estabilidade não são coincidentes. Desde sempre houve quem notasse que, para além da importância e gravidade da questão sobre cuja prioridade todos concordam, o instrumento que se chama Ministério da Educação Nacional não é adequado, não é manejável, não é ele próprio facilmente governável. Por isso, antes e depois de 1975, nunca se conseguiu fazer coincidir um bom discurso educativo com uma boa intervenção no aparelho, e sem ambas as coisas não se obterão resultados animadores. A década não conseguiu essa convergência, embora tenha que reconhecer-se que a actual responsável está a ser frustrada com honra. Estamos em véspera da livre circulação dos diplomas, da internacionalização da formação de ensinar e aprender, e isso diz sobretudo respeito ao ensino superior. A degradação comparativa da condição de docente e de investigador, para a qual tantas vezes foi pacificamente chamada a atenção, ameaça ter a segunda quebra de resignação nesta década, o que significa que mais uma vez, num sector prioritário, se verifica a quebra de confiança. E todavia não existem programas de desenvolvimento, nem planos de modernização, nem competitividade acrescida, nem devoção cívica, sem que a confiança dê uma base sólida tanto à continuidade como à alternância. Porque é a base da esperança. E sem esta não conseguiremos encontrar o novo conceito estratégico nacional que nos falta, conceito que consolide a nova definição das nossas múltiplas fronteiras (física, de segurança, económica, cultural) que ainda não foram interiorizadas pela Nação, que consinta a formulação e uso de uma moderna soberania de serviço que garanta à Nação uma intervenção digna e igual na comunidade internacional cuja estrutura se mundializa. Porque não estamos na Península, na Europa, no Atlântico. Estamos, como todos os povos, e finalmente, no mundo.

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO ALMEIDA SANTOS

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Deputado Adriano Moreira: A vida, às vezes, premeia-nos com sentimentos contraditórios e hoje é um desses dias. Para o Sr. Primeiro-Ministro, é a última vez que intervém neste Parlamento e não posso dizer que tenho pena que se vá embora. Não posso dizê-lo. Sem hipocrisia, não posso! Mas tenho de dizer, com sinceridade, que tenho muita pena que o Sr. Deputado, Professor Adriano Moreira, se vá embora.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador: — Fui, nestes anos, um dos mais constantes críticos do Sr. Primeiro-Ministro e tenho agora a esperança de que possa dar alguma paz à minha pena. O líder do meu partido desejou a V. Ex.^a que fosse em paz — não tenho a certeza disso, mas apresento-lhe os meus cumprimentos de despedida.

Sr. Deputado, Professor Adriano Moreira, devo-lhe — nós devemos-lhe — alguns dos momentos de maior prazer intelectual dos tempos modernos deste Parlamento. Devo-lhe um importante apoio à jovem democracia portuguesa e devo-lhe também alguns ensinamentos porque, quem é mestre, é mestre, e mestre sempre ensina, mesmo quando não concordamos com o mestre.

Passaram por aqui grandes parlamentares, grande oradores como António Cândido, António José de Almeida, José Estevão de Magalhães... Meu Deus, tantos! Modernamente, Mário Soares, se quiserem, Sá Carneiro, se quiserem... Mas, em breve, terá passado por este Parlamento mais um grande Deputado e grande orador, o Professor Adriano Moreira!

Vamos deixar de ter o prazer da sua companhia, o que não vai preceder de muito o meu próprio afastamento; porém, enquanto não me afasto, vou sentir a sua falta e a falta do prazer intelectual de o ouvir. Infelizmente, já não tenho idade para me inscrever na sua universidade para continuar a aprender consigo, mas espero continuar a receber os seus ensinamentos através dos textos que fizer chegar até nós.

Acho que é hora triste e o sentimento, neste caso, é de sincera tristeza e de sincera pena, mas chega sempre o momento de dizer, adeus. Portanto, quero dizer-lhe um adeus muito sentido, muito amigo, de quem muito o estima, muito o admira e de quem muito vai sentir a sua falta.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO ADRIANO MOREIRA

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, devo dizer que vou, certamente, guardar a recordação deste momento como uma das mais valiosas da minha memória. A Câmara provavelmente, não avalia o significado que tem,

para mim, a intervenção do Deputado Almeida Santos. Tivemos uma experiência, de que nem todos puderam, aqui, partilhar, no período gravíssimo de mudança da história de Portugal, entendendo em comum muitas das circunstâncias, divergindo profundamente em muitos dos caminhos. Mas foi nessa altura que nos tornámos amigos e julgo que contribuímos para fazer entender que a divergência pode ser um sólido ponto de partida para a construção de um futuro comum.

Vivi com apreensão, sacrifício e tristeza o processo da mudança, mas senti-me recompensado com a entrada neste Parlamento, com a maneira como fui recebido, a autenticidade que verifiquei quer nos que concordam, quer nos que se opõem às minhas intervenções e, sobretudo, o prazer, a alegria intelectual da contradição, do diálogo, do exercício da razão, que é a força em que sempre acreditei com capaz de animar a mudança que esteja ao nosso alcance.

Foi por isso que, na intervenção de hoje, me preocupei com o prestígio do Parlamento. Julgo que é uma instituição que interessa à comunidade internacional, à segurança da Europa, à participação de responsabilidades que temos, nas várias assembleias parlamentares do mundo, que ela própria seja um elemento sólido dessa cadência nova que está a ser desenvolvida.

Conheci aqui pessoas de uma indiscutível categoria intelectual, de educação cívica e capacidade de contribuir para o bem do País. Não me atrevo a mencionar nenhuma porque excederia toda a benevolência do Sr. Presidente com o tempo que teria de utilizar. Mas, se me permitissem, neste momento em que, por decisão minha, vou abandonar a actividade política, com a convicção de que todos nós devemos lucidamente medir o nosso tempo e escolher a nossa intervenção, gostaria de, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia da

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

República, que é um modelo de cidadão e que tem exercido uma magistratura impecável nesta Casa, simbolizar todo o meu respeito pela instituição, toda a minha gratidão pelos anos enriquecedores que aqui passei e toda a esperança de que a estrutura política portuguesa, finalmente se consolide,

para responder aos desafios de um futuro que não podemos definir completamente, mas que podemos enfrentar com decisão, com determinação e com esperança

Aplausos de pé do CDS-PP, do PSD e do PS.

CARTA AO PAI (*)

Querido Pai:

Nunca lhe contei que naquele dia, no dia da despedida eu tenho a certeza que senti o mesmo que o pai; a emoção indelegável, tão funda, tão unicamente nossa que as lágrimas vinham do coração, não vinham dos olhos.

Querido Pai:

Nunca lhe contei que naquele dia chorei o choro mais chorado da minha vida. Não pense que só o pai percebeu «daquela maneira» as palavras de Almeida Santos, não pense que só em si ecoaram. Percebi-as todas, engoli-as todas como se naquele momento se dirigissem tanto a mim quanto a si. Estranha, bizarra foi a maneira como por segundos deixei de ser eu. O pai assimilou-me — identificação perfeita!

Há duas emoções que coexistem: uma é a natural, da filha que vê o pai terminar mais uma das etapas da vida — para essa ele é herói e parecem voltar as frases de pequenina: «o meu pai é o maior!»; «o meu pai é melhor que o teu». Sim, essa admiração pelo pai, que quando se se é pequenino é pura e aguerida.

Mas há outra emoção.

Essa foi a mais forte. Não há pai nem filha. Desaparecem os adjectivos comparativos. Nesta emoção, tão minha, tão imortal, o pai foi a projecção do humano que quero ser. Perdi-lhe os contornos da cara. Ficou a substância ali tão irreservável, pois há brilhos nos olhos que dispensam confissões. Ali, naquele instante, eu era uma fracção daquele ressoar de palmas — todas espontâneas, todas convictas. O pai não foi pai, porque foi a imagem mais viva de todas os valores que

sobressaem das nossas conversas; o pai não foi um homem que se levantou para agradecer, o pai foi uma instituição, a instituição, a ideia de obra que vive e perdura no nosso meio, a ideia de obra que permanece e permanecerá, hoje, amanhã e sempre nos nossos corações. O pai foi lição de vida: de coragem, de determinação em não admitir interferências nas suas escolhas, imperturbável na decisão de pôr em prática a ideia de que todos temos que saber sair para dar lugar aos outros; todos temos que rodar a chave nalgumas coisas da nossa vida, no momento certo, lúcido (neste caso no auge!),

mas mais vale mais cedo, do que tarde demais. Estes valores foram inquebráveis apesar do pai saber que eu, a mãe e todos sem excepção, considerávamos um absurdo o pai pensar que tinha chegado a altura de ir embora. Mas isso não interessa, porque o pai não achava nada disto e tratou de fazer o que achava. E foi assim. A decisão do pai era difícil, brutal, porque não lhe dizia respeito. Não nos dizia respeito. Dizia ao país, aquele que sempre foi o vector do seu serviço sem a primeira pessoa.

Não será no parlamento, mas esse mesmo país não o deixará em paz.

Serão outros os meios, os ambientes, mas certamente o pai não nos vai deixar a nós, a todos os que enriquecemos com as suas palavras. Seja onde for, na altura de dizer a palavra certa, de dar a orientação experiente e fundamentada, lá estará como o eixo da roda que acompanha a roda mas não se mexe.



Isabel

(*) Reproduzimos na íntegra esta carta da Isabel segunda filha do Prof. Adriano Moreira e que frequenta o Curso de Direito na Faculdade de Direito de Lisboa.

D. SEBASTIÃO SOARES RESENDE

BISPO DA BEIRA, PROFETA EM MOÇAMBIQUE

1. Em fins de 1994 foi possível editar pela «Difel», um grosso volume de 1.941 páginas no formato de 0,25 x 0,16 cm, de colaboração com o Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente e a Sociedade Máquinas e Tractores S.A. em que se recolhe uma preciosa herança documental, que andava dispersa e impossível de consultar, da autoria duma personalidade, que desempenhou durante 23 anos a



missão de 1.º Bispo da Beira em Moçambique, entre 1943-1967 — D. Sebastião Soares Resende.

Os estudiosos dos problemas relativos à descolonização de Moçambique encontrarão neste volume uma rica mina a explorar relativa a toda essa problemática, que se viveu em Moçambique e que desembocou numa guerra civil em que morreram e desapareceram milhares de centenas de moçambicanos, após a saída dos portugueses daquelas terras, que amavam como suas e ali se tinham estabelecido ao longo de 400 anos, após a nossa chegada ao Oriente.

Para enquadrar a personalidade de D. Sebastião em Moçambique, julgo ser necessário lembrar alguns acontecimento que fizeram virar o curso da História de Portugal de um Estado multi-racial e pluricontinental na estreita faixa atlântica donde partiram no século XV as caravelas que descobriram novos mundos e sulcaram mares nunca dantes navegados.

A situação política criada em 5 de Outubro de 1910 com a proclamação da República laica e massónica, que suprimiu a acção de todas as Ordens Religiosas em todo o

território nacional, a ruptura diplomática e ideológica com a Santa Sé, teve consequências nefastas não apenas no território europeu, mas muito especialmente no Portugal Ultramarino, onde as Missões desempenhavam uma função supletória do Estado nas áreas da educação, da saúde e no apoio ao desenvolvimento social duma comunidade multi-racial, tendo em conta a orientação da Igreja na formação da Comunidade humana.

Somente a partir de 1926 e no pequeno intervalo do Consulado de Sidónio Pais, é que as coisas do Ultramar começaram a mudar com a promulgação do Estatuto Missionário do Comandante João Belo.

Mas foram necessários 30 anos para que Portugal se encontrasse de novo com os caminhos históricos, percorridos durante 800 anos, quando se celebraram as festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade em 1940.

A Exposição do Mundo Português montada na área ribeirinha de Belém e do Restelo mostrou aos portugueses de então, uma retrospectiva histórica que fez reflectir nas consequências que esses factos tiveram na Europa de então e na construção do Euro-Mundo.

A Concordata e o Acordo Missionário assinados no Vaticano em 7 de Maio desse ano, consolidavam as rela-



ções entre o Estado e a Igreja e confirmava a esta a missão que tinha desempenhado no passado histórico e especialmente nos territórios ultramarinos.

Em 13 de Junho, festa de St.^o António, o Papa Pio XII publicava a Bula «*Exeunte Século Octavo*», recordando aos portugueses de então o seu glorioso passado histórico e exortava a preparar e abrir os novos caminhos do futuro, enquanto além Pirinéus uma guerra mundial ameaçava dramaticamente o mundo inteiro.

O Vaticano seguindo as orientações dos dois documentos assinados em 7 de Maio, promulgava a Bula «*Solenibus Conventionibus*» em 1 de Dezembro reorganizando a administração da Igreja com a criação das Províncias Eclesiásticas em Angola e Moçambique cada uma com uma arquidiocese Luanda e Lourenço Marques e 2 Bispados em cada uma, elevando o arcebispo de Lourenço Marques a Cardeal.

O documento restaurava as dioceses de S. Tomé e Cabo Verde e Criava a de Timor e a Prelatura da Guiné.

Após todo este trabalho diplomático, seguiu-se outro — o mais importante, a escolha das pessoas que assumiriam a responsabilidade da execução de todo esse projecto e as ideias em que se apoiava: íntima colaboração entre a Igreja e o Estado e mútuo respeito pela autonomia das duas instituições.

Neste breve apontamento apenas desejo referir-me a uma das personalidades escolhidas: o primeiro Bispo da Beira — D. Sebastião Soares de Resende, que será sagrado Bispo na Catedral do Porto em 15 de Agosto de 1943.

2. A personalidade de D. Sebastião de Resende

Nasceu em Milheirós de Poiares-Terras de St.^a Maria da Feira, em 14 de Julho de 1906, filho duma família profundamente cristã e que vivia da lavoura.

Com consciência precoce da sua vocação para o sacerdócio entra no Seminário de Vilar no ano lectivo de 1923-24; em 1926 matricula-se em Teologia no Seminário Maior do Porto e é diplomado, como o melhor aluno, em 14 de Outubro de 1928, recebendo o sacerdócio em 21 de Outubro desse mesmo ano.

Tendo em conta as suas qualidades intelectuais e morais, é enviado para a Universidade Gregoriana, onde se doutorou em Filosofia e Teologia e a seguir frequentou o Instituto de Ciências Sociais em Bêrgano.

Em 1933 é nomeado Professor de Teologia do Seminário Maior do Porto e em 1934 desempenha as funções de Vice-Reitor e em 1936, com 30 anos, é nomeado Cônego do Porto. Realmente a sua carreira docente foi fulgurante. Professor dedicado aos estudos teológicos, acreditava na eficiência do apostolado intelectual.

Aprofundou o estudo do desenvolvimento teológico em Portugal, pensando que era possível a renovação dos Estudos Teológicos em Portugal.

Publicou sobre estas matérias artigos nas revistas da época. Acreditou que a decadência dos estudos teológicos

em Portugal constituía uma lacuna para a cultura portuguesa.

No «Programa Cultural», publicado no B.D.P. em 1933, afirmava: «Quando havemos reatar o fio luminoso das Escolas de Coimbra e Évora, reconquistando a nossa posição intelectual na História do Pensamento?»

Analisa o baixo nível intelectual do pensamento católico português nesse tempo.

Estava bem longe ainda, a realização das 7 Semanas de Teologia realizadas no Colégio Universitário Pio XII de 1962 a 1969 e os 7 volumes publicados com as Comunicações apresentadas, que comprovam o salto qualificativo dado nesses 7 anos no campo da Teologia.

3. Mas o Senhor, tinha-o destinado para outras lides e bem diferentes e em terras bem distantes do Porto.

Em 21 de Abril de 1943 era nomeado para 1.^o Bispo da Beira, sendo sagrado em 15 de Agosto do mesmo ano e toma posse da diocese em 8 de Dezembro desse mesmo ano de 1943.

A diocese da Beira compreendia mais de 1/3 da área de Moçambique 360.645 km² com 2.000.000 habitantes, sendo católicos nativos 32.780, católicos europeus 3.600 e uns 1.200 oriundos de outros países.



HOTEL ROMA

* * *

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 18586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FATIMA:

* * *

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

Para atender a toda esta extensão e população, contava com 28 sacerdotes, sendo 8 do clero diocesano e os outros 20 de Congregações missionárias, 8 Irmãos Auxiliares e 21 Religiosas de várias Congregações.

Era este o seu efectivo operacional humano com que podia contar para acudir às necessidades de um campo tão extenso variado e não desbravado.

Deus concedeu-lhe 24 anos para trabalhar neste extenso campo, que foi a Diocese da Beira.

Não é possível nestas breves linhas focar todos os aspectos do seu imenso trabalho, mas permito-me focar alguns aspectos que me parecem importantes.

Em 1 de Dezembro de 1951 publica uma Pastoral sobre o problema da «Educação em África».

É um estudo completo em que analisa a definição, e o âmbito da educação, os Educadores: a família, a Igreja, e o Estado. Os educados e as virtudes que a escola deve de ensinar e praticar.

Nesta carta pastoral ao fazer a análise do nível e âmbito das escolas, defende a criação da Universidade, como cúpula para a formação duma elite duma sociedade completa na área da ciência, da cultura e da preparação de cidadãos para essas tarefas ingentes.

Isto exigia D. Sebastião em 1951, mas teriam que passar 11 anos, até se criarem em 1962 os Estudos Gerais de Angola e Moçambique pelo Prof. Adriano Moreira.

Uma outra Carta Pastoral a de 1 de Dezembro de 1953 foca o facto da evolução que se está dando em todo o mundo e também em África e em Moçambique e traça bem claro o caminho a seguir, tanto pelos Missionários como pelas autoridades administrativas.

Em 1954 a Carta Pastoral «Hora em Moçambique» D. Sebastião atinge o Ministério do Ultramar e a crise agudiza-se em 1957 aparecendo D. Sebastião como ligado à oposição política ao Governo.

Mas D. Sebastião manteve-se sempre independente em relação a opções políticas. Manteve sempre uma posição direita e lógica com o seu modo de pensar, como português e como Bispo.

Hoje, olhando para esses anos, damos razão a D. Sebastião que chegou a ver algumas das suas posições confirmadas pelo Ministério do Ultramar como abrogação da Lei do Indigenato do Prof. Adriano Moreira, criando uma única classe de cidadãos — «O cidadão português» em 1961.

4. D. Sebastião Padre Conciliar do Vaticano II.

D. Sebastião Resende foi um dos Padres Conciliares portugueses que mais intervenções teve no Vaticano II.

Em 1962 interveio 2 vezes.

Em 1963 na 2.ª sessão interveio 3 vezes focando na 3.ª intervenção os critérios a seguir na criação de novas dioceses, dando prioridade às razões de ordem pastoral.

Em 1964 interveio 2 vezes focando na 2.ª intervenção a aplicação da doutrina social da Igreja e focando o problema da Igreja dos «pobres».

E 1964 interveio 3 vezes focando na 1.ª e na 2.ª intervenções conceitos relativos à doutrina social da Igreja e sua aplicação.

A sua última intervenção em 16 de Outubro de 1965 trata do ministério e vida dos sacerdotes.

5. A minha experiência pessoal

Conheci e contactei com D. Sebastião nas minhas viagens a Moçambique em 1962-64 e 65.

Admirei nele o «Homo Dei» o Homem de Deus, que refazia as suas forças para a luta diária do seu munus pastoral na oração pessoal durante horas seguidas diante do Sacrário.

Era também o homem conhecedor, como poucos, dos problemas africanos e especialmente moçambicanos, pelo contacto constante, como Pastor com os seus colaboradores — os Missionários e Missionárias e com as suas ovelhas, os seus fiéis e com toda a gente moçambicana. Fiquei profundamente impressionado quando o vi pela última vez no aeroporto da Portela e embarcar para a Beira para entregar a sua alma ao Criador.

Permito-me copiar o retrato físico de D. Sebastião que falece na Beira na manhã de 25 de Fevereiro de 1967, e que publicou em «O Debate» Manuel Ferreira da Silva.



AGR
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P
Fax 200 25 02



O atendimento
mais acolhedor
o serviço mais eficiente

«Figura delgada e magra, face seca de asceta. Olhar de brilho quase febril, seguro, directo, penetrante e inquisidor, em centrada e tensa decisão bem patente — todo ele força interior, opiniosidade frontal, inteligência aberta».

Assim foi D. Sebastião Soares de Resende.

6. Audiência privada com o Santo Padre em 29 de Março passado após a Audiência Geral.

A razão duma pequena, mas qualificada Comissão, integrada pelo Prof. Adriano Moreira, Manuel Bulhosa e por mim de se deslocar a Roma para oferecer ao Santo Padre um exemplar do volume «D. Sebastião Soares de Resende Profeta em Moçambique», era muito simples: passados 28 anos sobre a sua morte — D. Sebastião continua na lembrança de todos quantos o conheceram como Homem de Deus e «Profeta». Como «profeta» teve a «recompensa» dos verdadeiros «profetas», não ser ouvido e menos entendido e até «perseguido».

Hoje, lendo as suas pastorais e outros documentos recolhidos neste volume, avoluma-se a figura do «Profeta», que não foi vencido, mas que tinha a intuição e interpretação dos factos que viriam a acontecer.

A História, bem que um tanto tardiamente, começa a fazer-lhe justiça e esperamos que a Pátria, que tanto amou e a Igreja a que serviu até o último dia da sua vida, lhe prestem as honras a que tem direito.

Lisboa, 13 de Junho de 1995
Pe. Joaquim António de Aguiar

CARTA DO VATICANO AO PROF. ADRIANO MOREIRA

Vaticano, 22 de Abril de 1995

Ilustre Senhor,

No curso da Audiência Geral do Sumo Pontífice do passado dia 29 de Março, quis, numa atitude de devota homenagem, deixar nas Suas mãos um exemplar do livro «Profeta em Moçambique» — colectânea de textos de D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira —, fruto de longos anos de pesquisa e testemunho de grande admiração por essa benemérita figura eclesial, sem dúvida precursora e geradora de novos tempos para a terra moçambicana.

O Santo Padre, que lhe terá já manifestado o Seu apreço, confiou-me a grata incumbência de vir reiterar o Seu reconhecimento pela deferente homenagem e certificar que implora de Deus sobre o senhor Doutor Adriano Moreira e seus entes queridos, as mais copiosas graças celestiais. Em penhor destas, e como prova da benevolência com que aceitou o preito que quis render-Lhe, Sua Santidade concede-lhe, extensiva a quantos colaboraram na obra e respectivos familiares, uma particular Bênção Apostólica.

Aproveito a circunstância para lhe afirmar protestos da melhor consideração.

† G. B. Re, Subst.

Ex.^{ma} Senhor
Doutor Adriano Moreira
Lisboa



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

de 10 a 12 de Julho de 1995

DISCUTIR A CIÊNCIA POLÍTICA EM SINTRA (PALÁCIO VALENÇAS)

Nos passados dias 10 e 11 de Julho decorreu em Sintra o I Seminário Internacional de Ciência Política sob o patrocínio da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, da Câmara Municipal de Sintra, da Universidade Internacional e da Universidade Católica Portuguesa. Na sessão de abertura estiveram presentes, em representação dos organismos citados, o Prof. Doutor

Doutor Paul Caringella, professor na Hoover Institution da Universidade de Stanford. Entre os comentadores destacaram-se os mestres Luís Sá e Margarida Silva Pereira.

No segundo painel foi discutido o regresso da Ciência Política, onde os conferencistas abordaram com algum detalhe o objecto desta ciência, assim como as relações com a Filosofia Política. Nesta ocasião o moderador foi o Prof. Doutor José Adelino Maltez e os apresentadores o Prof. Doutor Mendo Castro Henriques e o Prof. Doutor Geoffrey Price, professor na Universidade Manchester.

Entre os comentadores destacaram-se o Dr. Fernando Seara e o Prof. Doutor Sousa Lara.

Os modelos de transição democrática face ao fim da Guerra Fria foi o tema do terceiro painel em que o Prof. Doutor Martin Palouš, professor da Universidade de Carlos, Praga, mostrou as dificuldades que a Europa de Leste enfrenta, e neste caso a República Checa, no caminho para a democracia política e para a economia de mercado Guilherme d'Oliveira Martins. Entre os comentadores estiveram o mestre Vasco Rato e o brigadeiro François Martins.

No último painel os conferencistas discutiram, sob a moderação do Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, a temática das minorias representativas e da sociedade aberta tendo-se centrado o debate principalmente na necessidade de proteger a sociedade aberta dos seus ini-

migos. As instituições surgiram, consensualmente, como a força motivadora para uma sociedade coesa, composta por cidadãos participativos. Os apresentadores foram o Prof. Doutor Marques Bessa e o Prof. Doutor David Walsh da Universidade Católica dos Estados Unidos. Entre os comentadores estiveram o Prof. Doutor Vieira de Carvalho e o Dr. Jorge Lacão.

O Seminário foi encerrado com a apresentação das conclusões que abaixo se reproduzem e com a promessa de fazer deste Seminário o primeiro de muitos a realizar no futuro. A seguir viveram-se momentos de grande beleza e significado quando a Sr.^a Dona Glória de Matos declamou alguns textos de autores da Grécia clássica e de Fernando Pessoa.



Adriano Moreira, o Prof. Doutor Veiga Simão, a Dr.^a Edite Estrela e Prof. Doutor Ilídio do Amaral. O Seminário foi dividido em quatro painéis, cada um dos quais com um moderador, dois apresentadores e cinco comentadores.

O primeiro painel teve como objectivo a discussão da crise das identidades políticas e a problemática do poder simbólico. Contudo, a discussão acabaria por se centrar na análise das teorias do Fim da História, dos seus méritos e das suas insuficiências, estando todos os conferencistas de acordo na crítica a Fukuyama e na necessidade de uma História que permita múltiplas vias. O moderador foi Henrique Barrilaro Ruas e os apresentadores o Prof. João Bettencourt da Câmara e o Prof.

CONCLUSÕES DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

Durante dois dias reuniu em Sintra o I Seminário Internacional de Ciência Política em torno do tópico «Os Desafios da Democracia face à crise da Representação». Cerca de uma centena de especialistas de diversas matrizes filosóficas e de variadas opções metodológicas, respondendo a uma convocação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e do Instituto Português da Conjuntura Estratégica, com o apoio da Universidade Internacional, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica e do Centro de Estudos Orientais, debateram, sob a inspiração do «O poder dos sem poder» de Václav Havel e da «abertura ao diálogo da humanidade» de Eric Voegelin, os seguintes temas: a crise das identidades políticas e o poder simbólico, o regresso da Ciência Política, os modelos de transição democrática face ao fim da Guerra Fria, as minorias representativa e a sociedade aberta.

No momento em que a sociedade civil tende a mundializar-se e a criar solidariedades e dependências horizontais que interiormente escapam ao modelo das lealdades verticais do Estado, quando a internacionalização dos centros científicos, das universidades das confissões religiosas, das profissões, das empresas, das redes de informação e outros grupos de pertença suscitam políticas, centros de intervenção política e objectos de investigação política, assiste-se à emergência de uma política sem uso do poder que constitui o dado fundamental desafiante da liberdade.

O ano de 1989 permitiu a alguns visionar o fim da História com as cores de certa teologia do mercado. Mas passaram os seis meses de que os constitucionalistas carecem, passaram os seis anos necessários para estabilizar a política normal. E estamos a meio de uma década em que um horizonte de dificuldades acrescidas terá de ser enfrentado com a razão e a razoabilidade que dão conteúdo à liberdade de que não abdicamos.


A Ciência Política portuguesa, marcada por contributos diversificados, pode evoluir para um pluralismo coerente que acolhe sugestões científicas e filosóficas, recusando liminarmente as ideologias, ganhando distância face aos fazedores de opinião, mas lembrando-se de que o senso comum faz parte integral do património cultural português.

Os conceitos operacionais de Ciência Política são indispensáveis para lidar com a imprevisibilidade das relações internacionais, com a emergência de uma sociedade de múltiplas pertenças, com a necessidade de



integrar as minorias representativas, e enfim, com a necessidade do reforço da identidade multicultural.


Sintra, 11 de Julho de 1995



CAVES DA
Montanha
A. HENRIQUES


SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleg.: Montanha
Telefs 52260 e 52611
Telex 53081
Apartado 18
3781 ANADIA CODEX



«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |
CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |
CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |
Concurso de Bratislava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |
CONCURSO DE MILAO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |



Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos
Brandies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

VIDA DO INSTITUTO

Julgo de alguma importância para a futura vida do Instituto registar alguns actos que se passaram de 31 de Agosto de 1992 a esta parte.

Nessa data realizou-se a 9.^a Assembleia de Sócios Fundadores que deliberou autorizar a Direcção do Instituto a compra da moradia situada na R. D. Francisco de Almeida 49 (Restelo) destinada a futura sede do Instituto, tendo em conta as limitações da primeira sede, situada na R. da Madalena 225, 3.^o Drt. (Lisboa).

A Direcção estava integrada pelo Presidente Pe. Joaquim António de Aguiar, Doutor José Adelino de Campos Maltez e Doutor António Marques Bessa podendo em caso de necessidade serem os dois vogais substituídos pelo Dr. António Maria Pinheiro Torres ou por Mónica M.^a de Lima Mayer Alves Morcira.

2. A Direcção do Instituto, no cumprimento do mandato recebido na Assembleia Geral dos Sócios Fundadores, deu os passos que julgou prudentes e necessários e ultrapassando as dificuldades burocráticas normais nestes casos, no dia 10 de Dezembro do mesmo ano de 1992 assinava a escritura de compra da dita moradia, representando o Instituto o Presidente da Direcção e os Drs. António Maria Machado Pinheiro Torres e José Adelino de Campos Maltez.

Em 18 de Fevereiro de 1993 era actualizada a caderneta Predial. Os fundos para a compra da moradia e para a realização das obras necessárias a fazer, viviam da venda do barracão do Vale de Cambra (Belas), realizada em 28 de Janeiro de 1992 pela Direcção da A.C.E.D.E.S. mandatada pela Assembleia Geral realizada em 2 de Janeiro de 1991 para fazer a gestão dos bens de que era legítima proprietária. A Realização desta acção não foi fácil, tendo em conta o «imbróglío» criado, mas conseguiu-se resolver tudo e em bem.

3. No entanto, a Direcção do Instituto que estava em funções, terminou o seu mandato sendo necessário convocar o Conselho de Fundadores para a eleição da nova Direcção do Instituto que reuniu no dia 25 de Março de 1993.

Deste Conselho de Fundadores surgiu a nova Direcção do Instituto que seria integrada, continuando o mesmo Presidente, e entrando como vogais o Sr. Amaro Oliveira Santos e o Dr. Helder Neves Santos.

Foram eleitos ainda para o Conselho Fiscal, os Drs. António Maria Pinheiro Torres, José Luís Seixas e D. Margarida Mayer.

Neste Conselho foi criado ainda o Conselho Científico presidido pelo Prof. Adriano Moreira tendo como vogais os Doutores António Marques Bessa, José Adelino Maltez e Pe. António Alves de Campos.

O primeiro trabalho da Direcção foi encomendar ao Arqt. Aníbal Santos Matos David o levantamento da moradia para se fazer o projecto da recuperação da moradia para entrar nos Serviços da C.M. de Lisboa.

O projecto deu entrada no dia 21 de Maio de 1993 tendo o n.º 918/OB/93, entrando os Cálculos de estabi-

lidade para serem juntos ao processo de Arquitectura em 31/8/93.

Porém, este projecto teve de ser alterado por outro, após um diálogo com o Departamento de Arquitectura da C.M., que impôs algumas condições. O novo processo entrou nos serviços camarários em 2/7/94 com o n.º 2226/OB/94.

Em 28 de Setembro recebia-se um ofício do Departamento de Gestão urbanística solicitando a entrega de mais documentos para completar o processo.

Em 27 de Março de 1995 foi paga a licença de obras.

A Vistória foi feita em 6 de Julho 1995 e a licença de habitação foi passada no dia de Julho.

Estamos pois neste momento com todas as formalidades exigidas pelas normas camarárias.

Realmente o processo levou 2 anos na C.M., o que prova que a burocracia é realmente pesada e vagarosa.

Mas alegremo-nos, porque temos uma bela sede, situada numa área previligiada da cidade — o Restelo.

Do seu andar superior domina-se a foz do Tejo e ao longe se vê a Caparica.

4. Reunião de Sócios Fundadores.

No dia 7 de Julho pelas 20 horas tivemos o prazer de receber na nova sede os Sócios Fundadores do Instituto para uma visita às instalações, seguindo-se uma troca de impressões sobre a adaptação institucional do Instituto às novas situações que estamos vivendo.

Seguiu-se um modesto jantar oferecido pela Direcção aos Sócios Fundadores presentes, que eram 14. A reflexão ficou interrompida devido o Sr. Presidente Prof. Adriano Moreira ter sido chamado à Assembleia da República para uma votação.

Esperamos continuar brevemente este assunto tendo em conta a sua importância.

5. No dia 12 de Junho foi convocada uma Assembleia Geral de Sócios efectivos para se pronunciarem sobre a alienação de 1/3 indiviso nas fracções autónomas do prédio urbano sito no n.º 15, 1.^o Esq. da R. D. João de Castro na Damaia (Concelho de Amadora).

O Presidente da Direcção do Instituto foi mandatado para representar o Instituto e combinar as condições de venda desse 1/3. A escritura foi realizada no dia 10 de Julho pelas 15 horas no 5.^o Cartório Notarial de Lisboa, tendo sido recebida no mesmo acto, a parte financeira que nos pertencia.

6. Neste n.º de Roteiros incluímos o catálogo de livros que temos à disposição de todos os nossos leitores.

Termino esta crónica desejando a todos os nossos leitores umas repousantes férias.

Lisboa, 20 de Julho de 1995
Pe. Joaquim António de Aguiar